



Movimento Famílias pela Vida

Em defesa da educação pública de qualidade e da saúde coletiva

Carta-Manifesto

O movimento **Famílias pela vida - Em defesa da escola pública** é composto por familiares e responsáveis de crianças e adolescentes, além de jovens e adultos, que estudam nas redes municipal e estadual de São Paulo. **Defendemos a educação de qualidade para todas, todos e todes.** Neste momento de pandemia em absoluto descontrole, nos unimos também para afirmar e defender a saúde coletiva e a vida em primeiro lugar, em oposição à política de morte imposta em nosso país.

Vivemos um momento trágico da história: estamos sofrendo com uma pandemia sem precedentes, que atinge todo o mundo e, com muita força, o Brasil. O novo coronavírus já matou mais de 2,8 milhões de pessoas no mundo. No Brasil já são mais de 330 mil mortes em função da covid-19. Em São Paulo já chegamos a 76 mil mortes, com menos de 4% da população vacinada, um índice muito baixo de imunidade populacional contra a doença.

Com a confirmação de transmissão comunitária na cidade de São Paulo, em março de 2020, o governo decretou a suspensão do atendimento presencial nas escolas, seguida pelo fechamento de serviços não essenciais. Foi uma das poucas atividades que se manteve fechada em praticamente todo esse período, enquanto atividades não essenciais, como bares e restaurantes, foram abertas. A educação está sendo severamente penalizada nesse cenário.

Sem nenhum diálogo com os profissionais da educação e as famílias, as redes municipal e estadual organizaram o ensino remoto emergencial deixando de lado as especificidades territoriais e de cada unidade. Foram adotados aplicativos e plataformas digitais privados e apostilas inadequadas do ponto de vista pedagógico, que presumem o autodidatismo do aluno.

Por conta da falta de medidas adequadas para o combate à pandemia, o número de casos e mortes voltou a aumentar em 2021. Chegamos ao pior momento da crise sanitária sem que as medidas necessárias para que as escolas voltassem a funcionar com segurança tenham sido tomadas. A sociedade civil buscou maneiras de pautar essas medidas, por meio dos Conselhos de Escola, CRECEs e da participação da comunidade escolar da rede municipal

de São Paulo por meio do Fala Rede, sem sucesso. Até o momento, a discussão sobre abertura ou não das escolas não tem levado em conta as diretrizes e critérios da Fiocruz para o retorno presencial das aulas. Os alunos e suas famílias seguem desamparados, sem políticas públicas que os contemplem.

A rede municipal de São Paulo tem mais de 4 mil unidades e atende mais de 1,6 milhão de alunos, com 61 mil servidores, sem contar os conveniados e terceirizados. A rede estadual gere mais de 5 mil escolas, com 3,5 milhões de alunos, mais de 250 mil professores e cerca de 65 mil funcionários. Esse universo jamais será abarcado por regras genéricas e comparações com a rede privada e com a rede escolar de países com investimento em educação muito maior.

Nós, famílias da escola pública, estamos extremamente preocupadas com as aprendizagens, socialização, saúde mental e física dos nossos filhos. Mas entendemos que o princípio que deve ser prioritariamente defendido é a vida, para que os outros direitos possam ser garantidos.

Não aceitamos o lucro acima da vida e não trocaremos a vida dos nossos filhos, de entes queridos, dos trabalhadores da educação e da população em geral por um retorno inadequado, sem aprendizados significativos e por uma concepção enviesada de saúde mental.

Os princípios que baseiam a nossa atuação são:

1 - Defesa da saúde coletiva

A defesa da saúde coletiva e da vida deve ser a prioridade. O retorno das atividades presenciais nas escolas só pode ser cogitado quando as condições sanitárias assim o permitirem. Neste momento - abril de 2021 - a pandemia do coronavírus está descontrolada, com contágios em aceleração no estado e na cidade de São Paulo. Não há leito, insumos e recursos humanos suficientes nos hospitais, sejam eles públicos ou privados. As aulas presenciais não podem acontecer no momento.

A nota técnica Nº 01 de 03/2021 da Fiocruz afirma:

“Ainda que seja fundamental reconhecer as atividades escolares como serviços essenciais à sociedade, no atual momento os indicadores da transmissão comunitária expressam a necessidade urgente de tomar medidas mais efetivas de lockdown ou restrições. Isso permitirá que o distanciamento físico seja capaz de "achatar a curva", com redução de casos e mortes e garantia de leitos hospitalares para todos, ou seja, reduzir a transmissão o máximo possível para garantir que os hospitais não sejam sobrecarregados. (...) Deve-se considerar as escolas dentro deste plano e cada uma avaliará suas condições estruturais de acordo com o mapa de risco do seu município”

Abrir as escolas agora significará mais circulação na cidade, mais contágios e mais mortes, por quaisquer causas. Defendemos:

- a adoção imediata de lockdown nos moldes apontados pelos especialistas em saúde pública
- auxílio emergencial adequado com complementação por parte do Estado e Município, estendido para todos pleiteantes e não apenas aos atuais inscritos no cadastro único
- apoio multidisciplinar às famílias afetadas pela pandemia, fortalecendo a rede de proteção social (Cras, CAPs, UBSs, Conselho Tutelar, Casa do Adolescente, CDCM, CRM, CCM, Defensoria Pública etc)
- testagem em massa pelo método RT/PCR, identificação, rastreamento e quarentena de contatos, de acordo com as recomendações da OMS
- vacinação pelo SUS para todas as pessoas

2 - Retorno presencial seguro

Acreditamos na necessidade urgente do retorno às atividades presenciais nas escolas. Os alunos já perderam muito em aprendizado e socialização por conta da pandemia.

Após análise de alguns contextos de abertura de escolas, o documento **Considerações para medidas de saúde pública relacionadas a escolas no contexto da covid-19**, publicado pela Fiocruz no dia 14 de setembro de 2020 ressalta que:

“O risco de surtos em escolas e outros locais onde jovens se reúnem é determinado, em grande parte, pela transmissão comunitária de base e pelos amplificadores de risco em cada contexto”

Isso evidencia a impossibilidade de atendimento presencial nas escolas sem o controle da pandemia. Esse planejamento deve ser realizado com o auxílio da Vigilância Sanitária, considerando as especificidades de cada escola.

Sabemos que os piores locais para o espalhamento do vírus são os espaços fechados e de permanência prolongada. Além disso, a vacinação dos profissionais da educação não é suficiente para que a escola seja completamente segura para a sociedade, uma vez que os vacinados continuam podendo se infectar e transmitir o vírus.

São pontos fundamentais:

- **adequação** das escolas com as reformas prediais necessárias, seguindo orientação técnica, para garantir as condições necessárias para o cumprimento do protocolo
- otimização dos **espaços externos** para atividades pedagógicas
- **desenvolvimento participativo** de um **novo protocolo**, baseado nas melhores evidências existentes até o momento, com enfoque especial para a **circulação de ar**, distanciamento físico e uso dos espaços externos existentes

- Recomposição e aumento do **quadro geral de funcionários efetivos**: professores, ATEs, equipe de limpeza e cozinha
- fornecimento de **EPIs seguros** (máscaras PFF2/N95) para profissionais da educação e estudantes
- **facilitar o acesso** a materiais escolares e uniformes. Os aplicativos usados em 2021 não atendem toda a população e o sistema atual obriga as famílias a saírem de casa para comprar esses itens, que estão disponíveis em poucos locais. Exigimos ainda que esse sistema seja modificado para o ano de 2022
- realizar periodicamente o teste **RT-PCR em massa na comunidade escolar, rastreamento e isolamento** dos casos positivos e seus contatos, conforme preconiza a OMS, com detalhamento dos resultados e fácil acessibilidade para a comunidade escolar
- aprovação dos protocolos pela **Vigilância Sanitária**, por meio da Covisa, em **visitas às unidades**, com transparência na divulgação dos relatórios das vistorias e fiscalização do conselho escolar de cada unidade e da supervisão escolar
- as secretarias de educação, através das DREs e DEs, devem **dialogar, orientar, informar e oferecer suporte** para as equipes escolares no cumprimento dos protocolos
- definição de **procedimentos objetivos** e bem publicizados para a comunidade das situações em que houver identificação ou suspeita de casos de covid-19 nas escolas
- garantir atendimento psicológico para a comunidade escolar no processo de retorno
- fortalecer as redes de proteção social, para garantir um ambiente de acolhimento às famílias em situação de vulnerabilidade, considerando as especificidades da pandemia (aumento da violência contra as crianças e contra a mulher, insegurança nutricional e habitacional)
- buscar possibilidades para **diminuir** de forma consistente e definitiva o **número de alunos** por metro quadrado e por educador, de acordo com as metas para esse tema no planos municipal e estadual de Educação

3 - Educação remota emergencial

A pandemia levará muito tempo para ser controlada, por conta da falta de políticas públicas eficazes. Além disso, em uma primeira fase do retorno presencial, o comparecimento dos alunos será limitado a 35% da capacidade de cada unidade escolar, de acordo com os protocolos vigentes. Desta forma, é imperioso que a educação remota emergencial seja prioridade na rede pública, para evitar que o abismo de oportunidades a estudantes das redes pública e privada se aprofunde ainda mais.

Além disso, a antecipação do recesso escolar, realizada tanto pelo governo estadual como pelo municipal, representou um abandono das famílias, uma vez que o calendário ficou desorganizado, suspendeu os vínculos criados no início do ano letivo, não garantiu as aprendizagens e impediu a organização da educação remota emergencial.

Portanto, exigimos:

- a responsabilidade por viabilizar e incentivar o **acesso regular** à educação é do Estado. Nenhum estudante ou família será penalizado pela falta de frequência ou entrega de atividades
- garantia de **tablets e chips** de internet para todos os alunos que necessitem
- ações integradas entre Secretarias para garantir **alimentação de qualidade** para os estudantes
- **auxílio psicológico** para aqueles que necessitarem, enquanto durar o ensino remoto
- entrega dos tablets e materiais didáticos na **residência** dos alunos
- **formação para os professores** e fornecimento de **equipamentos** para acesso às plataformas virtuais a fim de garantir um ensino remoto com qualidade para todos, desde a educação infantil até o ensino médio e EJA
- **direito ao trabalho remoto** para todos os profissionais da educação com finalidade de defender não só a segurança dos estudantes, famílias e comunidade escolar, mas também como forma de aumentar os índices de isolamento social
- **replanejamento participativo** dos bimestres letivos até que haja uma normalização do calendário escolar
- **parceria pedagógica** com as secretarias de Cultura, **artistas e mestres da tradição oral** para a produção de conteúdo educacional com linguagens diversas

4 - Transparência e diálogo

Ao longo de toda a pandemia, a comunidade escolar ficou alheia às discussões sobre os rumos da educação pública. Não houve diálogo dos poderes executivos com as famílias. De acordo com relatos de familiares ao Movimento, quando as condições das escolas foram apresentadas às famílias, no início de 2021, a adesão ao retorno caiu drasticamente. Portanto, exigimos:

- Fortalecimento e garantia da **legitimidade dos colegiados** de participação, deliberação e gestão democrática (Conselhos Escolares, APMs e CRECEs)
- garantia de **acessibilidade**, orientação e informações nítidas para o acesso aos **aplicativos** que servem para adquirir os uniformes e materiais escolares
- **transparência dos dados** de acesso e adesão ao ensino remoto, cartão merenda e outros benefícios, que devem ser captados, organizados e divulgados periodicamente de maneira oficial
- manter o **diálogo** com as entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação
- as informações e orientações em relação às decisões das secretarias de Educação **devem ser passadas em primeiro lugar para as escolas**, para que as unidades possam se organizar para responder às demandas das famílias. Apenas posteriormente a imprensa deve ser utilizada para divulgação em massa
- apresentação de todos os planos para a Educação (como investimentos, pesquisa, aquisição de equipamentos e outros), com **metas e prazos de cumprimento**
- o debate e planejamento da educação junto aos órgãos públicos devem priorizar as **comunidades atendidas pelas escolas públicas** e não os interesses privados

Considerando o colapso no sistema de saúde, o colapso no sistema funerário, a circulação de novas cepas (variantes) do vírus, **não aceitamos** a retomada das aulas presenciais nesse que é o pior momento da pandemia no Brasil, com os números de mortes batendo recordes diários de forma recorrente, com falta de leitos, profissionais e insumos.

A educação prevê a interação, o contato, o afeto, não queremos que nossas crianças e adolescentes convivam com o medo de ser contaminados e muito menos com o trauma do luto por mortes evitáveis. Por isso exigimos:

- **Ensino remoto emergencial já**
- a entrega dos **tablets com chips** prometidos
- a **vacinação** de todas as pessoas
- **revisão do protocolo** de volta às aulas
- **rastreamento e testagem** em massa de forma periódica
- a **ampliação** do quadro de funcionários
- as reformas nas escolas para que possamos ter um retorno seguro de fato, após o controle da pandemia.

Movimento Famílias pela Vida

Em defesa de educação pública de qualidade e da saúde coletiva